

ANAIS DO
VIII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A PROPRIEDADE RURAL

VOLUME I

LXIV
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1976

ASPECTOS GEO-HISTÓRICOS DO NORDESTE (*).

JOSÉ SILVÉRIO LEITE FONTES
da Universidade Federal de Sergipe

Convidado que fomos pela diretoria da ANPUH para pronunciar uma conferência neste ciclo sobre o Nordeste, ora apresentado no VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, escolhemos o tema *ASPECTOS GEO-HISTÓRICOS DO NORDESTE* por tratar-se de assunto que nos permitirá discutir a possibilidade de considerar-se o Nordeste como individualidade histórica.

O Nordeste do Brasil é assinalado como uma das regiões em que se divide o país. O conceito de Região é originário da Geografia. Por isso, deveremos fazer inicialmente breve excursão em torno do esclarecimento dele, para, em seguida, examinar da possibilidade de utilizá-lo para a História e, finalmente, se será válido escrever-se uma História do *NORDESTE BRASILEIRO*.

Os historiadores têm usualmente utilizado tipos geográficos como fundamento de suas dissertações e frequentemente tipos geopolíticos: continentes, bacias fluviais, países, províncias, cidades, etc. Encontramos muitas Histórias da América ou da Europa. O Nilo, o São Francisco, o Reno, e outros rios têm sido estudados em obras simultaneamente de Geografia e História, algumas delas famosas. Quanto as figuras geopolíticas são de uso comum. Do mesmo modo, o conceito geográfico de Região, se justificado, poderá servir de base a acontecimentos históricos relativamente unificados.

Não sendo geógrafo, desconhecemos a pretensão de resolver o assunto nesse plano. Entretanto, como estudioso de História, cabenos analisá-lo enquanto possa trazer resultados para a nossa disciplina.

(*) . — Conferência pronunciada no dia 3 de setembro de 1975 no Auditório do Colégio Estadual de Sergipe (*Nota da Redação*).

A preocupação de dividir o espaço geográfico não é recente. Corresponde a uma salutar tendência da mente científica, porque dividir um todo em classes atende a exigência do espírito analítico para melhor conhecimento da estrutura desse todo. Corresponde, em História, ao processo de periodização. Mas, tempo e espaço são totalidades contínuas e as divisões operadas pela mente têm sempre algo de artifício, pois, se cada classe possui seu núcleo característico, a transição para outras classes é gradual, havendo entrelaçamento dos caracteres das classes vizinhas. Só a mente recorta com nitidez e precisão. Somente ela separa. Daí a primeira dificuldade em descrever uma região geográfica ou um período histórico. Por isso, muitos geógrafos separam as regiões por faixas e não por linhas limítrofes, assim como muitos historiadores separam os períodos por faixas cronológicas e não por datas. Mera ilusão! — observa acertadamente Fábio de Macedo Soares Guimarães — pois as faixas supõem traçados definidos para as mesmas, o que implica cair na mesma dificuldade (1).

A segunda dificuldade provem da variedade de aspectos de cada área ou período. As classes da realidade concreta não são simples ou uniformes. Exigem que se defina sua unidade na complexidade de fatos aparentes, unidade que decorre da estrutura, isto é, do sistema de relações entre esses fatos. Como, porém, focalizar os pontos centrais desse sistema? Diegues Junior fala na homogeneidade dos caracteres dominantes, coexistindo com outros diversificados (2). Vidal de la Blache refere-se ao modo como se combinam e se modificam os muitos traços componentes da região. Camille Vaillaux sugere que se possa defini-la pelas causas muito gerais que promovem a aglutinação dos diferentes fatores (3). Ora, Macedo Soares Guimarães observa que a classificação das regiões depende do ponto de vista adotado. Entre muitas causas gerais, o geógrafo selecionaria as que lhe parecessem dominantes. Conclusão difícil de obter por procedimentos exclusivamente objetivos, pois implica na maior importância atribuída a esse ou aquele aspecto, de acordo com a perspectiva do estudioso. Apesar disso, o autor citado acredita numa única divisão após o conhecimento exaustivo da realidade (4). Mas isso não passa de ideal inatingível. Lucien Febvre insiste ser a ciência geográfica uma ciência de relações de fenômenos de ordens diferentes: geológicos, climatológicos, biológicos, sociais, etc. Qual deles o dominante para fixar os

(1). — GUIMARÃES (Fábio de Macedo Soares), *Divisão Regional do Brasil*, in *Revista Brasileira de Geografia*, ano, III nº 2, Rio de Janeiro, 1941, pg. 331.

(2). — DIEGUES JÚNIOR (Manuel), *Regiões Culturais do Brasil*, Rio de Janeiro, 1960, pg. 8.

(3). — GUIMARÃES (Fábio de Macedo Soares), *ob. cit.*, 329-330.

(4). — *Ibidem*, pgs. 318-319.

contornos do aglomerado regional? Isso vai depender da concepção do geógrafo sobre sua tarefa e sobre a importância de tal ou qual fator, o que jamais poderá resultar da análise quantitativa e externa das relações entre eles, mas do exame da essência de cada um e de suas possibilidades causais. Daí a diversidade de pontos de vista. Um breve esboço histórico da questão esclarecerá melhormente o que acabamos de expor.

Buache, no século XVIII, imaginou uma divisão fundamentada nas bacias fluviais. Divisão errônea, porque supervalorizava o fator curso d'água, considerado um elemento estático; além de fantasiosa, por supor entre as bacias necessariamente a existência de serras divisórias (5). Esse último erro quanto aos fatos observáveis é psicologicamente explicável pelo acento posto na depressão das bacias fluviais. Como Buache, outros ressaltam o clima, a vegetação, o solo, a composição geológica, a orografia, etc. Ricchieri admitiu a validade relativa de tais classificações, chamando-as de regiões elementares, embora partindo para uma concepção mais ampla de regiões geográficas complexas e da conexão destas em regiões integrais (6).

Durante muito tempo, sobretudo sob a influência de Vidal de la Blache, Brunhes, Vaillaux, etc., distinguia-se, com o segundo, as regiões *naturais* e as regiões *históricas*. Já se vê, somente aquelas seriam verdadeiramente geográficas. A Terra e o Homem seriam campos diversificados. O Homem, um ser de acréscimo na superfície da Terra, simples produto dela, para os deterministas; algo diferente e estranho, para os possibilistas. Quem sabe não resultaria isso da trágica separação entre o Espírito e a Natureza, provinda da ascética tradicional e da filosofia alemã? Mas, no século XX, os geógrafos descobriram novas perspectivas e um aspecto sadio do naturalismo filosófico levou-os a integrar o Homem na Natureza, sem absorve-lo nela. O pensamento de Teilhard de Chardin é, de certo modo, o coroamento dessa tendência, pois vê a realidade hominal como uma nova camada da realidade terráquea, mas a envolve-la e domina-la.

Cholley, Kayser e outros passaram a chamar *região* aquilo que Pedro Pinchas Geiger denominou de

“organização do espaço decorrente da atividade humana” (7).

(5). — *Ibidem*, pg. 332; FEBVRE (Lucien), *Pour une Histoire à Part Entière*, Abbeville, 1962, pg. 32.

(6). — ANDRADE (Manuel Correia de), *Espaço, Polarização e Desenvolvimento*, São Paulo, 1973, pg. 34-35.

(7). — GEIGER (Pedro Pinchas), *Esboço Preliminar da Divisão do Brasil, nas chamadas Regiões Homogêneas*, in *Revista Brasileira de Geografia*, ano 29, nº 2, '1967, pg. 60.

A região abrange elementos físicos do espaço: clima, estrutura geológica e pedológica, flora, fauna, relevo, hidrografia, etc. A causa dominante, porém, de que falava Vaillaux, é a atividade humana. Poderíamos conceber regiões puramente naturais antes da presença humana. Hoje, se existem, definem-se pela ausência do ser humano. Este é um elemento constitutivo da superfície terrestre e operante nela, sempre em crescente profundidade, para os ceus do espaço superior e para os infernos da intimidade do globo.

Em consequência, a idéia de região perde seu caráter estático. Transforma-se numa realidade que se constroi dia a dia, num campo de ações concomitantes de intensidades variáveis, mais do que a inscrição espacial precisa de equilíbrios fundamentais, no dizer de Bernard Kayser (8).

Essas considerações justificam a perspectiva fundamental por meio da qual trataremos o Nordeste. Não é uma individualidade geográfica imobilizada e definida para sempre. Por outro lado, nem sempre existiu como hoje a visualizamos. Ele se fez na História da pátria brasileira. Do ponto de vista da ciência geográfica, tal estudo importa no modo temporal de explicação que ela exige e de que nos fala Harvey (9). Do ponto de vista histórico, representa a função do espaço diferenciado na existência do homem brasileiro e de sua cultura. A História do Nordeste é a compreensão da série das ações temporais dessa consistência geográfica que é nordestino brasileiro, ou, se preferirem ressaltar o quadro e não o agente, o Nordeste feito pelo brasileiro com a utilização das possibilidades dos elementos físicos do meio e a resposta a seus desafios. Inscreve-se assim essa concepção no programa que Fernand Braudel traçava à Geohistória na conclusão, da Primeira Parte, de seu livro famoso, *O MEDITERRÂNEO E O MUNDO MEDITERRÂNEO NA ÉPOCA DE FILIPE II* (10).

“Apresentar os problemas humanos tais como os vemos, estendidos no espaço e, se possível, cartografados numa geografia humana inteligente, ou seja, apresenta-los não só para o presente e no presente, mas também no passado e em considerando o tempo, desembaraçando a Geografia dessa preocupação pelas realidades atuais a que se tem aplicado exclusiva ou quase ex-

(8). — KAYSER (Bernard), *A Região como objeto de Estudo da Geografia*, in *A Geografia Ativa*, São Paulo, 1968, pg. 282.

(9). — HARVEY (David), *Explanation in Geography*, London, 1969, pg. 418.

(10). — BRAUDEL (Fernand), *El Mediterraneo y El Mundo Mediterraneo en La Epoca de Filipe II*, México, tradução espanhola, 1953, pg. 317.

clusivamente, obrigando-a a pensar de novo, com seus métodos e seu espírito, as realidades passadas e, por isso mesmo, o que poderíamos chamar o devir da História.”

Como obra humana, toda região supõe, segundo Bernard Kaiser (11), em sua relatividade histórica:

- 1.º — laços comuns entre seus habitantes;
- 2.º — uma organização econômica e social;
- 3.º — a existência de um centro;
- 4.º — a participação em um conjunto mais amplo.

Claro que essas notas pressupõem a existência de um espaço determinado, com seu quadro natural no qual se configuram. Mas esse espaço não é imutável. O homem é o agente de sua distensão ou integração, maior diversidade ou uniformidade, extensão ou contração, maior ou menor abertura para conjunto mais amplo. Tomemos esse conceito de região como guia para esse estudo e vejamos até que ponto ele se justifica na análise da formação do Nordeste.

Ao estudo histórico regional já foram consagrados muitos trabalhos que tratam de aspectos isolados ou episódios determinados. Faltam, porém, obras de síntese. No entanto, enquanto isso não se fizer, a História nacional será imperfeitamente conhecida e subrepticamente deformada. Os historiadores tendem a exagerar os acontecimentos de suas próprias regiões e quando o são de áreas políticas ou econômicas predominantes resumem os fatos da nacionalidade aos sucessos dessas áreas. A História Política padece gravemente desse mal. No período colonial, todas as atenções se voltam para Bahia e Pernambuco. Após a Independência, são as províncias do centro-sul, ou melhor, Rio de Janeiro e São Paulo, aparecendo Minas e Rio Grande do Sul esporadicamente. *A Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre quase que só trata de Pernambuco e Bahia. O seu *Nordeste* é apenas o Nordeste do açúcar. E assim sucessivamente. Houve, sem nenhuma dúvida, exceções. Oliveira Viana soube distinguir, embora parcialmente, a diversidade de áreas sociais.

É verdade que em muitas Histórias Gerais do Brasil há capítulos dedicados às províncias. Mas a essas referências falta uma visão compreensiva da integração delas na História nacional. São verdadeiras crônicas enquistadas em obras de História. Seguem o exemplo de Porto Seguro, cuja tentativa foi inspirada pela primeira diretriz objetiva sobre o assunto, embora mal aplicada. Essa diretriz foi a de Carlos Frederico Martius, o naturalista bávaro tão amigo do

(11). — KAYSER (Bernard), *ob. cit.*, pgs. 282-284.

Brasil e que tanto contribuiu para o conhecimento de nossa nacionalidade. Em *Memória* apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, datada de 1843 (12), sobre *Como se Deve Escrever a História do Brasil*, observava a variedade dos costumes brasileiros, assim como dos produtos agrícolas, relacionando-os com a diversidade de solos e climas. Por cima da divisão administrativa em províncias, propunha fossem

“tratadas conjuntamente aquelas porções do país que, por analogia de sua natureza física pertencem umas às outras”.

E exemplificava, dizendo inclusive que

“à roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo natural os do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Enfim, a história de Sergipe, Alagoas e Porto Seguro, não será senão a da Bahia”.

Registre-se, apenas, de passagem, o engano da inclusão de Alagoas no grupo da Bahia. Segue-se uma grande série de tentativas de divisão, desde as de base econômica, como as de Rebouças e Sílvio Romero, as de caráter étnico, como a de Nina Rodrigues (13). Divisões propriamente em regiões geográficas de sentido amplo começam com Said Ali, em 1905, até chegarmos aos dois modelos propostos por Fábio de Macedo Soares Guimarães, em 1941, e pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1939 (14).

Ora, de acordo com os princípios que desposamos somente se pode falar em Nordeste no século XX. Igualmente seus limites são variáveis, de acordo com os fluxos e refluxos da História. Observe-mos que, no século passado, o conceito de Nordeste é praticamente desconhecido. Falava-se em províncias do Norte, como simples expressão cartográfica. A divisão sugerida por Martius, depois corrigida pelo sergipano Manuel Bonfim, em *O Brasil Nação* (15), correspondia, como veremos, a uma realidade histórica. Foram os geógrafos que introduziram essas divisões formais que pressupõem um

(12). — MARTIUS (Carlos Frederico), *Memória sobre como se deve escrever a História do Brasil*, in *Revista do IHGB*, t. VI, 1844 2ª ed., pgs. 407-408.

(13). — DIEGUES JÚNIOR (Manuel), *Regiões Culturais do Brasil*, Rio de Janeiro, 1960, pgs. 10-12.

(14). — GUIMARÃES (Fábio de Macedo Soares), *ob. cit.*, pgs. 346-364.

(15). — BONFIM (Manuel), *O Brasil Nação*. T. II, pg. 198, Rio de Janeiro, 1931.

centro geográfico ideal, de onde partiriam as faixas direcionais para pontos cardeais ou colaterais. O estudo histórico, onde encontramos, ao que nos foi possível verificar, pela primeira vez, expressamente, referência ao Nordeste, é um ensaio de Basílio de Magalhães, publicado na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, tomo 85, ano 1919, intitulado: *A Conquista do Nordeste Brasileiro no século XVII* (16).

Braudel, logo na primeira página de sua obra sobre *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II*, adverte que não propõe

“explicações geográficas válidas *ina eternum*, para todos os séculos e todas as fases da civilização. Referem-se ao estado de cousas existentes no século XVI ou, mais exatamente, em sua segunda metade” (17).

Parece-nos, todo aquele que versa historicamente sobre um tema geográfico não pode desliga-lo dos segmentos do tempo. Se o quadro dito natural, desde o aparecimento do homem, inclui o homem como elemento constitutivo essencial, os elementos não humanos dele devem ser tratados na perspectiva temporal dos homens que lhes dão nova vida e fisionomia.

Dito isso, passemos a tentar descrever a formação histórica da realidade Nordeste, em rápidos traços, como esboço, como sugestão, pensando em ajudar outros a estudá-la com mais profundidade e sabedoria.

Os portugueses que abordaram inicialmente o litoral brasileiro estavam empenhados numa grande empresa, a do comércio marítimo das Índias. Guiava-os a perspectiva de lucros abundantes e riquezas fáceis. Se entre os homens embarcados nas frotas da Índia havia aqueles que visavam a outros objetivos, o propósito dominante era o proveito material. Pero de Magalhães Gandavo, no seu Tratado da *Província do Brasil*, escrito aí por 1570, declarava fazê-lo para denunciar

“a fertilidade e abundância da terra do Brasil para que esta fama venha à notícia de muitas pessoas que nestes Reinos vivem com

(16). — MAGALHÃES (Basílio de), *A Conquista do Nordeste no Século XVII*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 85, pgs. 289-310, Rio de Janeiro, 1919.

(17). — BRAUDEL (Fernand), *ob. cit.*, pg.

pobreza e não dividem escolhe-la para seu remédio porque a mesma terra é tão natural e favorável aos estranhos que a todos agasalha e convida como Remédio por pobres e desamparados que sejam” (18).

Os primeiros visitantes de nossa terra deixaram se impressionar pela extensão dela e pelo verde de suas matas. Em 1502, Américo Vespucci referia-se à

“infinidade de árvores verdes, muito grandes, que nunca perdem as folhas, têm odor suavíssimo e aromático, produzem muita erva, flores, raízes tenras e boas. Algumas vezes tanto me maravilhavam o cheiro suave das ervas e flores e o sabor das frutas e raízes, que para mim pensavam estar perto do paraíso terrestre” (19).

O manuscrito *Coisas Notáveis do Brasil* diz que é

“esta terra do Brasil muito sadia e lavada com os ventos nordeste, leste e sudeste”, trata dos “muitos arvoredos, montes e vales que causam uns nevoeiros pelas manhãs do que comumente vem a chuva com que a terra fica muito fresca. As árvores sempre têm folhas” (20).

Por sua vez, Gandavo:

“Esta terra é muito fértil e viçosa, toda coberta de altíssimos e fundosos arvoredos, permanece sempre a verdura nela inverno e verão” (21).

Jean de Lery explica a razão dessa nota característica do país tão logo observada e assinalada:

“podemos admirar as florestas, árvores e ervas desse país que, mesmo em fevereiro, mês em que o gelo oculta ainda no seio da terra todas essas cousas em quase toda a Europa, são tão verdes

(18). — GANDAVO (Pêro de Magalhães), *Tratado da Província do Brasil*, Rio de Janeiro, 1965, pg. 59.

(19). — VESPÚCIO (Américo), *El Nuevo Mundo*, Buenos Ayres, 1951, pgs. 145-147.

(20). — *Coisa Notáveis do Brasil*, Rio de Janeiro, 1966, pgs. 79-81.

(21). — GANDAVO (Pêro de Magalhães), *ob. cit.* 147-149.

quanto na França em maio e junho. E isso acontece durante todo o ano nessa terra do Brasil" (22).

Outro aspecto que chamava a atenção dos novos visitantes era a multidão de portos e baías, espalhados pela costa, a oferecer bom abrigo para os navios da época, caravelas de 100 toneladas, no máximo, somente ampliadas no século XVII. As grandes naus, de 500 a 1.000 toneladas, seriam mais raras e nunca empregadas no comércio ordinário do pau brasil (23).

A faixa litorânea merecia então verdadeiramente a denominação que lhe ficou até hoje: a zona da Mata. A cobertura florestal do litoral estendia-se outrora de modo quase contínuo do Rio Grande do Norte ao Rio de Janeiro. Apesar da variação das espécies vegetais à medida que se aproximavam de latitudes mais meridionais, em toda ela se estendia a mata do pau brasil, cujo primeiro conhecimento, segundo alguns, teria sido adquirido pelo próprio Pedro Álvares Cabral e com toda certeza pela expedição de Américo Vespucci (24), em 1503.

Ainda hoje, apesar do devastamento operado pelo homem, toda a faixa litorânea, de Rio Grande do Norte ao Recôncavo, apresenta elevadas taxas pluviométricas, e mantém cobertura arbórea, embora, principalmente no Rio Grande do Norte e Paraíba, se limite às várzeas dos rios interrompidas por tabuleiros. Até Alagoas, ela fica apertada entre a escarpa da serra da Borborema e o mar. Em Alagoas, o mar invade rios e várzeas. Surgem restingas e lagoas. Em Sergipe, o mar também penetra muito acima nos rios, enchendo suas margens e fazendo majestosos estuários de seus pequenos rios. Na Bahia, ao norte do Recôncavo há grandes áreas arenosas e alguns rios caudalosos (25). A zona da Mata morre em algumas serras isoladas, de pouca altitude, como a de Itabaiana, em Sergipe.

A exploração do pau brasil deu lugar a alguns estabelecimentos costeiros precários e aos primeiros contactos com o indígena. Embora não houvesse conexões entre eles, o objetivo econômico único e a riqueza explorada comum criaram uma só problemática para toda

(22). — LERY (Jean de), *Viagem à Terra do Brasil*, tradução brasileira segundo a edição de Paul Gaffarel, 2ª ed., São Paulo, 1951, pg. 68.

(23). — MAURO (Frédéric), *Le Portugal, L'Atlantique au XVII Siècle 1570-1670*, Paris, 1960 pg. 32.

(24). — SOUZA (Bernardino José de), *O Pau Brasil na História Nacional*, São Paulo 1939, pgs. 86-90, 102-104; *Cousas Notáveis do Brasil*, ob. cit., pg. 31.

(25). — ANDRADE (Manuel Correia de), *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, 1963, pgs. 7-13.

área, sobretudo com a superveniência do traficante francês. A necessidade de defender a costa do Brasil e o ponto de escala para as armadas da Índia desencadeou o processo da colonização definitiva.

Os portugueses preferiam a madeira do Brasil a da África pela simples razão que o nosso litoral está mais próximo de Lisboa que a Guiné para um navio a vela. Além disso, não era só o Brasil, como o jacarandá e outras madeiras (26).

Mas, finalmente, chegou a data em que partiu do Tejo para iniciar a colonização definitiva do Brasil, a frota de Martim Afonso de Sousa, seguida da instituição do regime das Capitânicas Hereditárias.

Para servir de base econômica ao estabelecimento colonial, a nova terra já fora testada em suas possibilidades de cultivo da cana de açúcar, pois numa feitoria em Itamaracá já se fabricavam açúcares, aí por 1526 (27).

O açúcar, que experimentara baixa de preços nos fins do século XV (28), estava então invadindo novos mercados. Sua procura crescia, pois o apetite voraz e em busca de requintes que complementassem o tradicional pescado ou a carne salgada dos tempos anteriores, dos homens do norte europeu, era estimulado pelos astutos comerciantes flamengos, cada vez mais influentes na praça de Lisboa. No século XVI, também houve altas e baixas nos preços, mas, o saldo final foi favorável. A leitura da obra de Lippmann, a *História do Açúcar*, demonstra bem quanto era ele apreciado na cozinha e farmácia. Além dos doces mais requintados, carnes e sopas eram temperadas com açúcar (29). Era como se os tenebrosos pratos dos séculos anteriores houvessem sido substituídos pelos saborosos e estranhos manjares dos novos tempos. . . É Lippmann quem nos cita a seguinte passagem do *Teutsche Speisskammer*, de Hieronymus Bock:

“Nas farmácias e cozinhas senhoriais da Teutolândia não há cousa mais comum e mais usada que o açúcar, de que se fazem eletuários, xaropes, bebidas, bebidas refrigerantes, cãndita, conservas, confeitos, tabletes, maçapão e muitas outras cousas; nas

(26). — MAURO (Frédéric), *ob. cit.*, pgs. 117-120.

(27). — PORTO SEGURO (Visconde de), *História Geral do Brasil*, 3ª edição revista por Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, 1907, pg. 155.

(28). — FURTADO (Celso), *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1959, pg. 19.

(29). — LIPPMANN (Edmund O. Von), *História do Açúcar*, tradução brasileira, Rio de Janeiro, 1942, pgs. 36-37.

cozinhas de hoje, todos os manjares e bebidas devem ser preparados e salgados com açúcar” (30).

Por tudo isso, a partir de 1517, começaram os preços a subir por todo o século XVI (31), compensando os gastos havidos com a instalação industrial em terras distantes, a aquisição e manutenção de escravos (mão-de-obra barata) e o transporte do produto através do Atlântico, em navios de fretes altos, por 30 a 40 dias de viagem cheia de riscos.

A zona da Mata do Nordeste, rica em água, é cortada de rios de meia água, rios lânguidos e românticos que sabem transformar-se em rios bravios nas súbitas cheias, terra encharcada de água, de solo rico, o negro massapê, fruto da decomposição de calcários, solo que uma vez desvestido de sua cobertura arbórea, pôde ondular com os verdes canaviais das várzeas. Essas canas grossas, durante séculos, com sua gordura de substâncias sacarosas puderam muito tempo permitir a ocupação de grupos humanos que nelas se estabeleceram para arrancar as canas muito mais ricas que as das Sicília e da Madeira. Mas essas áreas eram de largura variável, do Rio Grande à Bahia de Todos os Santos, muito mais ampla no Recôncavo desta última e no sul de Pernambuco que na Paraíba e nas Alagoas dos taboleiros e nas areias do norte da Bahia. Ora, justamente o massapê de Pernambuco e do Recôncavo situavam-se nas proximidades de dois portos de maior importância. A Baía de Todos os Santos tem 200 kms. de circunferência e uma abertura de 8,5 kms. É, por isso, acolhedora. Em sua entrada, há um maciço granítico de gneiss, em que seria fundada a cidade de Salvador. Como observa Mauro, é um pequeno Mediterrâneo que interrelaciona todas as terras ribeirinhas. Salvador, sua cidade, centralizaria as atividades humanas que a baía permitia se intercomunicarem.

Recife é menos absorvente e centralizador. Os campos em redor se espriam em sua liberdade. O porto é formado entre os recifes que se aproximam do litoral e a quase-ilha de Recife (32).

Esses portos podiam abrigar várias naus e de maior tonelagem, centralizando assim as atividades de exportação das áreas circunvizinhas.

De Recife e Salvador partiram duas distintas correntes de colonização do litoral circunjacente e do interior.

(30). — *Ibidem*, pg. 75.

(31). — *Ibidem*, pgs. 369-371.

(32). — MAURO (Frédéric), *ob. cit.*, pgs. 99-100.

A civilização aí implantada encontraria condições físicas similares e assentaria na mesma base econômica principal: a produção do açúcar. Daí a quase identidade de organização social e de costumes.

Entretanto, Pernambuco sempre foi politicamente independente da Bahia, ainda na época em que esta foi sede do Governo Geral. Capitania hereditária até os meados do século XVII, conservaria sempre autonomia. Embora os regimentos dos Governadores Gerais lhes atribuissem consideráveis poderes de intervenção, esses, de fato, raramente eram exercidos (33). No relatório final do Vice-Rei Marquês de Lavradio (1774), há referências apenas à Capitania do Rio de Janeiro (34), o que indica ser esse o campo de sua efetiva atuação. No século XVIII, sobretudo com o destaque dado a figura do Capitão General, que tinha como subordinados os Capitães Mores das Capitânicas circunvizinhas, enfraquece-se a posição dos Vice-Reis. Bahia e Pernambuco seriam Capitânicas Gerais, abrangendo aquela a Sergipe e essa a Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. A partir de 1763, o Vice-Rei não residia mais na Bahia.

As comunicações comerciais entre Bahia e Pernambuco não eram intensas, pois ambos os portos estavam voltados para a exportação do açúcar com destino a Portugal. Estabelecia-se, porém, relacionamento dos portos menores com Pernambuco e Salvador, tendo em vista a localização dos agentes das firmas portuguesas e a facilidade de embarque em navios maiores. Essa navegação de cabotagem, embora apresentasse seus perigos, sobretudo devido aos bancos de areia nos estuários dos rios ou aos baixios em outros pontos do litoral, podia fazer-se com relativa facilidade.

De Pernambuco, partiu a corrente de ocupação do litoral entre 4 e 10 graus de latitude aproximadamente. Paraíba, na década de 1580. Rio Grande do Norte, 1599. Nos começos do século XVII, no Ceará. Alagoas, nos últimos anos do século XVI e primeiras décadas do século XVII (35). A ocupação efetiva do Rio Grande do Norte e do Ceará seria diminuta até o término das invasões holandesas. Antes dessas, no Rio Grande, sesmarias haviam sido distribuídas, no sul, até o rio Curumataú e, ao norte, duas a três léguas acima de Reis Ma-

(33). — FLEIUSS (Max), *História Administrativa do Brasil*, 2ª edição, São Paulo, 1925, pgs. 50-52-55; PRADO JÚNIOR (Caio), *Formação do Brasil Contemporâneo*, 2ª edição, São Paulo, 1945, pgs. 310-302.

(34). — CARNAXIDE (Visconde de), *O Brasil na Administração Pom-balina*, São Paulo, 1940, pgs. 277-332.

(35). — FONSECA (Pedro Paulino da), *A Província de Alagoas, in Revista do IHGB, Livro do Quinquagenário*, Rio de Janeiro, 1888, pgs. 55-60.

gos, até o Potengi e o Jundiáí. Jerônimo de Alburquerque fundara o engenho Cunhaú e iniciara a exploração do sal (36).

Depois da ocupação flamenga, tomaria novo impulso a ocupação da área. Mas a praça principal de comércio até o século XIX seria Recife, para onde se dirigia a produção escoada pelos portos de Aracati, Natal e Paraíba. Somente no século XIX esses portos estabeleceriam relacionamento direto com a Europa, sem deixar de ser dependentes do Recife (37). Outro tanto ocorreria com Sergipe, Ilheus e Porto Seguro, em relação à Bahia de Todos os Santos, sendo de notar a pequena importância dessas últimas, até que despontasse o ciclo do cacau. Sergipe cuja colonização começou em 1575, de que comemoramos o 4.º centenário, foi ocupado em 1590 e somente iria adquirir sua independência política em 1820 e se libertaria da alfândega baiana pouco depois. Os portos sergipanos seriam por todo o século XIX frequentados por navios europeus, mas a navegação direta com o Rio de Janeiro apenas se estabeleceria ao início do período republicano, por iniciativa do governador Felisbello Freire.

Do ponto de vista cultural, Recife e Salvador seriam polos de influência sobre as respectivas áreas. Cabe notar, porém, que, no plano educacional e cultural, desde cedo — a partir da criação da Faculdade de Direito de Recife (1827) e da Faculdade de Medicina da Bahia (1836) — os dois centros exerceriam influência generalizada em todo o Nordeste, por força das circunstâncias, visto serem as únicas escolas superiores de toda a área. Esse fato proporcionou intenso intercâmbio entre as duas cidades, que refletiu na formação literária e filosófica das gerações do Ceará à Bahia. A República, expressão política das tendências localistas, de certo modo iria quebrar esse intercâmbio das elites, por uma nova concentração respectivamente em Salvador e Recife. Esse fato foi assinalado pelo prof. José Calazans, quando distinguiu, na história sergipana, a geração dos bacharéis de Recife da geração dos bacharéis da Bahia. O progresso da vida urbana, no Nordeste, durante o século XX, até a atualidade, abriria caminho para a diversificação local dos centros de cultura e a formação das universidades locais, sem que por isso Recife e Bahia deixassem de projetar a sua sombra.

Do ponto de vista social, a sociedade do açúcar possui estrutura idêntica em toda extensão do litoral, já sobejamente descrita pelos

(36). — LYRA (A. Tavares de), *Sinótese Histórica da Capitania do Rio Grande do Norte*, in *Anais do IV Congresso de História Nacional*, 2º volume. Rio de Janeiro. 1950, pgs. 165-210.

(37). — GIRÃO (Raimundo), *Pequena História do Ceará*, Fortaleza, 1953, pg. 109.

vários e eminentes historiadores e sociólogos que versaram sobre o assunto. O trabalho escravo, o sistema patriarcal, a endogenia das altas classes, e hierarquia entre os senhores de engenhos, plantadores de cana, médios proprietários e agregados, o estilo aristocrático de vida, podiam ser encontrados onde a cana despontasse da terra e as moendas ou engenhos trabalhassem.

Apesar dessa uniformidade, tanto Gilberto Freyre, como Fernando de Azevedo e Arthur Ramos denunciam a necessidade de estudar-se a diversidade dos agrupamentos humanos do Nordeste. Gilberto Freyre, depois de falar do Nordeste do açúcar, que se estenderia do Maranhão à Bahia, tendo por centro Pernambuco — de certo que apenas espacial —, acrescenta:

“há mais de dois Nordestes e não um, muito menos o Nordeste maciço e único de que se fala tanto no Sul com exagero de simplificação. As especializações regionais de vida, de cultura e de tipos físicos no Brasil estão ainda para ser traçadas debaixo de um critério rigoroso de ecologia ou de sociologia regional, que corrija tais exageros e mostre que dentro da unidade essencial que nos une há diferenças às vezes profundas” (38).

Fernando de Azevedo também se refere a essa diferenciação, embora esquematize em demasia, em tratando apenas da diferenciação entre o homem do norte e o do sul (39). Arthur Ramos, na conclusão de sua *Introdução à Antropologia Brasileira*, insiste que

“não se trata apenas de identificar áreas antropológicas do Índio, do Negro, ou do Branco, já tentadas nesta obra, mas de caracterizar a distribuição das populações mestiças, bem como a dos seus personagens-tipos, nos vários quadros dos costumes” (40).

Já Oliveira Viana, no plano da Sociologia Política, demonstra como a centralização legal do sistema administrativo português era de fato quebrada e pulverizada pelo fator distância e pelo fator humano dispersão. Não somente era reduzida a autoridade dos Capitães Gerais sobre os Capitães Mores de capitânicas dependentes, como a desses em relação aos Capitães locais e às Câmaras das vilas

(38). — FREYRE (Gilberto), *ob. cit.*, pg. 5.

(39). — AZEVEDO (Fernando de), *A Cultura Brasileira*, 2ª edição, São Paulo, 1944, pgs. 119-120.

(40). — RAMOS (Arthur), *Introdução à Antropologia Brasileira*, 2ª volume. Rio de Janeiro, 1947.

afastadas da sede administrativa (41). Isso vale para todo o Brasil Colônia e também para o Nordeste.

Capistrano de Abreu, seguindo as pegadas de Martius, estuda o povoamento nordestino a partir dos dois polos de Pernambuco e Bahia.

Nada nos mostra tão bem a identidade e a diferenciação do Nordeste-Bahia e do Nordeste-Pernambuco que dois fatos históricos de ritmos temporais e níveis diferentes, como as invasões holandesas e a ocupação do Sertão pelas correntes humanas dedicadas ao pastoreio.

Chama de logo a atenção a maior eficácia da resistência baiana que da pernambucana ao invasor. Isso, em parte, poderá ser explicado pela diferença em disponibilidade de recursos pela Coroa luso-espanhola nas décadas de 1620 e 1630. Porém, não nos esqueçamos da derrota de Nassau diante de Salvador, em 1638. Por outro lado, a presa baiana era mais sedutora, pelas vantagens indiscutíveis de seu porto sobre o de Recife e pela concentração da riqueza açucareira, mais ou menos equivalente a de Pernambuco, numa área reduzida. Câmara Cascudo observa que as primeiras vilas baianas do Recôncavo, depois da cidade de Salvador, somente seriam criadas em 1697 e 1698 (42). O litoral do rico Recôncavo era protegido, em sua retaguarda, por linha de costa de terras sáfaras e despovoadas, pouco promissoras para a manutenção de numerosa tropa. Para resistência contra o ocupante da cidade, os senhores de engenho tinham a seu favor maior concentração populacional e a proximidade relativa das casas fortes de seus engenhos, se comparados com os de Pernambuco. Nesta capitania, a extensão da costa, a multiplicidade de pequenos portos e a maior dispersão do povoamento facilitavam o ataque em diversas frentes e a ocupação de faixa litorânea mais ampla.

A ocupação do sertão abriu uma nova área geográfica, de certo modo ligada aos dois Nordeste anteriores e de certo modo autônoma, pois, do ponto de vista cultural e social e do mútuo relacionamento, não haveria diferença entre o Sertão de Pernambuco e Bahia, embora o houvesse do ponto de vista da direção geográfica da vida econômica.

(41). — OLIVEIRA VIANA, *Evolução do Povo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 4ª edição. 1956, pgs. 214-220.

(42). — CASCUDO (Luiz da Câmara), *Geografia do Brasil Holandês*, Rio de Janeiro. 1956.

A linguagem popular, justificada pelos geógrafos, denomina na área natural nordestina mais duas faixas, além da Zona da Mata, o Agreste e o Sertão, figurando essa como intermediária entre as duas outras. De Rio Grande do Norte a Alagoas, o Agreste é assinalado pela serra da Borborema, que separa as terras baixas do litoral do planalto sertanejo. A encosta leste fora encoberta de matas até os fins do século XIX. É a fonte de vários dos rios nordestinos, em cujas margens há brejos e matas ciliares, que Manuel Correia de Andrade distingue em 3 (três) tipos:

“a). — brejos de altitude e exposição, situados na crista e que resultam da altitude e da ação dos ventos alíseos, vindos de Sudeste, provocando condensações, orvalho e chuva; b). — brejos dos vales que cortam a Borborema na direção Noroeste-Sudeste, que se podem cobrir de matas; c). — os brejos ciliares, em função dos rios e riachos que escorrem, muito deles intermitentes, ressecados no estio, embora permaneçam como correntes d'água subterrânea, permitindo a abertura de furos ou cacimbas” (43).

A vegetação também é de transição, apresentando espécimens da mata litorânea e da caatinga.

Em Sergipe e no norte da Bahia, as serras são de pequena extensão e elevação. A área consiste numa planície que se eleva continuamente até confundir-se com o Sertão propriamente dito. As Serras são inaproveitadas, embora haja umidade e cultura agrícola ao pé das mesmas (44).

Em sequência ao Agreste, vem o Sertão. Estende-se das proximidades do litoral do Ceará e Rio Grande do Norte à Chapada Diamantina. É superfície aplainada, com altitude média de 400 ms. A temperatura é elevada. Há forte evaporação. Caem anualmente 400 a 800 mm. de chuva, que logo se evapora ou escoar, devido à impermeabilidade da rocha e a declividade do terreno, ora em direção ao São Francisco, ora em direção ao mar. Daí rios temporários e a vegetação xerófila das caatingas, que perde suas folhas durante a estação seca. As chuvas caem de janeiro a junho. As cactáceas, como o mandacará, o facheiro, o xique-xique, retem água para so-

(43). — ANDRADE, (Manuel Correia de), *Paisagens e Problemas do Brasil*, São Paulo, 1973, pgs. 132-134.

(44). — ANDRADE (Manuel Correia de), *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, 1963, pg. 18; ABREU (S. Frois), *Regiões Naturais da Bahia*, in *Revista Brasileira de Geografia*, ano I, nº 1, pg. 71.

breviver. Mas também o joazeiro, o umbuzeiro e a quixabeira guardam água nas raízes. Os rios, que secam no estio, alargam-se por extensas várzeas, às vezes de dezenas de quilômetros de largura, quando vêm as chuvas. No “inverno” não chove. A estação seca guarda esse curioso nome porque nela as árvores perdem a folhagem à semelhança do inverno europeu. Daí a denominação dada pelo colonizador português.

Entretanto, em meio à planura, elevam-se as serras e chapadas a 900 e 1000 ms. acima do nível do mar. A altitude e os ventos úmidos do Atlântico permitem aí a mata tropical e também a agricultura, especialmente nas Chapadas onde espessos depósitos sedimentares armazenam água. A Chapada do Araripe, as serras de Baturité, Russas, Serra Grande, Cariris, no Ceará. A Chapada do Apodí, no Rio Grande do Norte. As serras da Baixa Verde e Negra em Pernambuco. Ao norte, o sertão aproxima-se do litoral. Daí a aridez da faixa que liga Ceará ao Rio Grande do Norte.

A ocupação da área sertaneja foi devida à pecuária. Nela se criou a “civilização do couro”, a que se referia Capistrano de Abreu. Nos vastos campos, o gado podia criar-se solto. As várzeas dos rios podiam alimenta-lo na época chuvosa. Na estação seca, a vegetação sertaneja e as cacimbas podiam sustenta-lo. O grande flagelo do sertão, porém, foi sempre a seca, renovada periodicamente, embora sem regularidade. Algumas secas mais curtas poderiam ser suportadas. Mas as grandes secas devastavam a vida. Antes da colonização, os animais e os índios fugiam. Depois, à medida que a população aumentava se agravavam seus efeitos, pois mais difícil se tornavam a mudança e o refúgio em outras partes já ocupadas por população sedentárias e numerosas.

O gado procurou primeiramente os tabuleiros arenosos, em Igarapé e Alagoas, para Pernambuco, e em Sergipe e ao norte da Bahia, para o Recôncavo. Também a zona do agreste, ao sopé da Borborema. Ao tempo da guerra holandesa, Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros e Gomes da Silveira aí possuíam currais.

A penetração no Sertão foi facilitada pelo curso intermitente e às vezes prolongado de certos rios. Na Bahia, os gados dos Avila subiram o Itapicurú e o Real, assim como outros criadores subiram o Vasa-barris até atingir o São Francisco. Na área pernambucana, no Rio Grande do Norte e Ceará, os rios Açú, Mossoró e Jaguaribe. O Paraíba do Norte, o Piranhas e o Piancó, na Paraíba, outros tantos, em Pernambuco. Os colonos, chamavam-nos de *estradas da ribeira*. As sesmarias eram concedidas levando-se em consideração o leito do

rio, tendo de testada uma ou meia légua junto ao rio e várias léguas de comprimento (45).

A arrancada deu-se na segunda metade do século XVII, com o término da guerra holandesa e o aumento da população. O ímpeto é diverso, da corrente pernambucana e da baiana. A primeira ocupou o que Capistrano de Abreu chamou de sertão exterior, e a segunda, o sertão interior. Os baianos, depois ajudados por bandeirantes paulistas, passaram o médio São Francisco, transpuzeram o alto sertão pernambucano, atingiram o rio Piauí e, depois, já no atual Maranhão, povoaram o território de Pastos Bons, entre o alto Itapicurú, o Balsas, o Manuel Alves Grande e o Tocantins. Para a leste, atravessaram as serras Ibiapaba e Grande e espalharam-se pela bacia do Potí. Na Paraiba, chegaram ao Piancó. Nesses pontos, encontraram com a corrente pernambucana, mais modesta, que subia os rios tributários do Atlântico nesses territórios (46).

O que surpreende na civilização do Sertão é a sua relativa homogeneidade em área tão vasta e de povoamento tão disperso. Do ponto de vista econômico, o gado sertanejo destinava-se à população do Litoral. Para isso, na Bahia, percorria grandes distâncias até a feira de Jacobina. No Ceará, surgiram as famosas charqueadas, que, arruinadas pela seca de 1792-93, seriam suplantadas pelas gauchas. Mas, fora isso, não havia no sertão, centros econômicos de onde se irradiasse um determinado estilo de vida. Mas esse existia e ainda existe.

Os latifúndios eram imensos, mas a posse efetiva competia aos foreiros, que, no início do século XVIII, pagavam 10 cruzeiros por ano. Ou aos vaqueiros, pagos com um quarto do criatório. Isolando-se das correntes de civilização do litoral, distinguindo-se, pelo arcaísmo de palavras e hábitos, do homem do litoral, o sertanejo manteria, em sua área, intercâmbio cultural eficaz. O sertão não é propriamente uma Região, pois seus centros econômicos estão na periferia do país, mas por outro lado, do ponto de vista social e cultural, sempre foi mais diferenciado do Litoral, que as áreas de Pernambuco e Bahia entre si. Os roteiros, ligando o Maranhão à Bahia como o prova o documento escrito por Manoel José de Oliveira Bas-

(45). — BRASIL SOBRINHO (Tomas Pompeu Sousa), *Alguns Aspectos da Geografia Humana Cearense*, in *Revista do Instituto do Ceará*, T. LIV, ano 54, 1940, pgs. 153-192.

(46). — PRADO JÚNIOR (Caio), *Formação do Brasil Contemporânea*, 2ª edição. São Paulo, 1945.

tos, em 1819 (47), permitiram ao sertanejo percorrer, na direção norte-sul, toda a vastidão desse imenso país interior.

As secas tiveram sempre efeitos traumáticos na vida sertaneja. Sobretudo, as grandes secas. As grandes secas significavam migrações. Quando a população ainda era escassa, apenas para as serras e as cidades litorâneas. Isso criava transtornos também à economia litorânea. Em recente artigo publicado na *Revista Brasileira de Geografia* (48), Galloway procura demonstrar que a depressão da economia açucareira, na primeira metade do século XVIII, foi causada primordialmente pela baixa dos preços internacionais do açúcar, mas precipitada e agravada por duas grandes secas na primeira e na terceira década, de que resultou grande mortalidade entre os escravos e escassez da mão-de-obra (49), na faixa litorânea.

A seca de 1771-1772 deu lugar ao término das charqueadas cearenses, substituídas pelas gauchas, de maior rentabilidade, como já dissemos.

No século XIX, a seca de 1877 e as do começo do século XX levaram ondas de nordestinos à Amazônia, fornecendo a mão-de-obra solicitada pela expansão da indústria extrativa da borracha. As grandes secas mais recentes das décadas de 30 a 50 favoreceram a expansão da indústria paulista com mão-de-obra barata, assim como a expansão da cultura cafeeira.

Surpreendente também é como a população sertaneja se recupera desses choques profundos. Já os observadores do século XIX chamavam a atenção para isso, especialmente no que se refere ao Ceará. De modo que, em certas áreas, pelo menos, as secas não impediram o crescimento da população e das atividades econômicas. Durante muito tempo, como dissemos há pouco, o Agreste e as Seras serviram de abrigo e ocupação às populações em fuga, o que se tornava ainda mais fácil nas fases de expansão da produção algodoeira.

Outra decorrência das secas, mais difícil de precisar, é a desorganização da sociedade patriarcal sertaneja com o fracionamento das famílias que se deslocam e a transferência dos vínculos de propriedade da terra. Daí certa situação de anomia observada por Maria Iaura Pereira de Queiroz e que ela atribui apenas aos próprios conflitos internos da sociedade sertaneja (50).

(47). — BASTOS (Manoel José de Oliveira), *Roteiro de Viagem*, em *Revista do IHGB*, nº 8, 1846, pgs. 527-539.

(48). — Galloway (J. H.), *Nordeste do Brasil 1700-1750* — Reexame de uma crise em "Revista Brasileira de Geografia", ano 36, nº 2, pgs 85-102.

(49). — *Ibidem*, pgs 92-94.

(50). — QUEIROZ (Maria Isaura Pereira de), *O Messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo, 1965, pgs. 197-246, 260-287 e 290-308.

Finalmente, o cangaço e os movimentos messiânicos sertanejos encontram algumas de suas raízes nas secas, não somente pela anomia resultante, enfraquecendo o sistema tradicional de liderança, como também pelas repercussões psicológicas de protesto ou de busca de um paraíso terreno no inferno dos campos ressequidos. Está claro que o cangaço e o messianismo não são privilégios do Sertão. Eles se encontram também no Centro ou no Sul do Brasil. Mas o que caracteriza os líderes religiosos nordestinos, destacadamente Antônio Conselheiro, Padre Cícero e Pedro Batista (embora haja exceções) é sua ação socialmente renovadora e construtiva, mas com estilos diferentes. Partindo do fundamento religioso tradicional do sertanejo, daquela religiosidade despojada e ascética, introduzida nos tempos coloniais e alimentada pela vida morigerada do sertanejo, eles buscavam uma Terra da Promissão não apenas celestial, mas que se pudesse traduzir em melhoria das condições da vida. Representavam um fator de renovação na vida nordestina e de luta contra as agruras do ambiente. Por sinal, religiosidade bem diversa daquela do litoral açucareiro, festeira, amante dos espetáculos, sentimental, em que aparecem várias santas mulheres, mas nenhum varão santo, como observa Gilberto Freyre.

Uma nova fase abriu-se na vida nordestina quando o Governo Federal, substancialmente em mãos do Centro-Sul, começou a interessar-se por eliminar o peso morto da estagnação econômica nordestina. Primeiramente, as obras Contra as Secas, e, depois, a Sudene, vêm trazendo a industrialização e a facilidade de comunicações entre os vários Nordeste. A extensão desta conferência não me permite ir além e analisar esse processo de integração em marcha, processo que permite se comece a falar verdadeiramente de um só Nordeste.

A guisa de conclusão, poderemos observar que a conjunção das condições naturais devidamente utilizadas para atender aos propósitos econômicos da colonização, levou à constituição de duas regiões muito similares, mas com centros distintos, embora esses centros desempenhem função diferente dos polos de crescimento de que falam os economistas atuais. Esses centros são verdadeiras áreas apenas unificadas pela cidade-porto. A essas duas regiões somaram-se os Sertões, que criados e mantidos economicamente em função das duas regiões, se unificaram social e culturalmente, forjando uma realidade geo-humana diferenciada. Sob o influxo do processo econômico e cultural brasileiro, caminha-se agora para a integração das três partes num grande todo regional, que chamamos Nordeste, etapa não analisada nesta conferência por motivo de sua extensão, repito.

São nossos votos que essas nossas palavras possam contribuir para estudos focalizando a nova individualidade histórica-geográfica em formação, tarefa que é de todo homem de ciência, mas sobretudo nossa, dos nordestinos, porque a ciência histórica é mais que um sistema lógico construído para transcrever certo ângulo realidade; ela é também diálogo vivencial do homem com sua existência temporal.